



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RESOLUÇÃO N.º 635, DE 15 DE OUTUBRO DE 1981

Institui a "Medalha da Defesa dos Direitos Humanos"

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da II Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

Artigo 1.º — É instituída a "Medalha da Defesa dos Direitos Humanos", a ser conferida àqueles que, individualmente ou representando órgãos da sociedade, promoveram o respeito aos direitos e às liberdades humanas, e asseguraram o seu reconhecimento e a sua observância plena e efetiva.

Artigo 2.º — A deliberação sobre a outorga da "Medalha de Defesa dos Direitos Humanos" se fará a critério do Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de que trata a Resolução n.º 617, de 4 de outubro de 1978.

Artigo 3.º — Far-se-á a outorga da "Medalha da Defesa dos Direitos Humanos" a requerimento de deputado, aprovada a indicação pelo Conselho Parla-

mentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de que trata a Resolução n.º 617, de 4 de outubro de 1978.

Artigo 4.º — Julgado o interessado em condições de ser distinguido com a "Medalha da Defesa dos Direitos Humanos", a mesma lhe será concedida por ato da Mesa da Assembleia e entregue, com o respectivo diploma, em sessão solene especialmente convocada.

Parágrafo único — As medalhas, diplomas e fitas estarão isentas de qualquer despesa por parte dos agraciados.

Artigo 5.º — O orçamento do Estado consignará, anualmente, à Assembleia Legislativa, dotação destinada às despesas com a execução da presente Resolução.

Artigo 6.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 15 de outubro de 1981.

a) JANAÍRIO MANTELLI NETO, Presidente
a) Sylvio Martini, 1.º Secretário
a) Vicente Botta, 2.º Secretário

114.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1981

O SR. PRESIDENTE (Janaírio Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min. abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados Abrahim Dabus — Ademir de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pazzianotto Pinto — Alvaro Fraga — André Benassi — Antonio Carlos Mesquita — Antônio Rezak — Rubens Lara — Mauricio Najjar — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Fernando Zuppc — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tomaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emilio Justo — Evandro Mesquita — Tuf Jubran — Fauze Carlos — Fernando Moraes — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hairo Shimomoto — Hélio César Rosas — Irma Passonji — Ivan Espindola de Ávila — Jairo Mattos — Janaírio Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felício Castellano — Archimedes Lammoglia — Silveira Sampaio — José Storópoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — Catello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mário Ladeia — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Nodoci Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doreto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaji — Sylvio Martini — Theodosina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simonato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldemar Chubaci — Hélio Nunes da Silva — Walter Aquada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Janaírio Mantelli Neto — PDS) — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Vicente Botta — PTB) — Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Janaírio Mantelli Neto — PDS) — Convido a Sra. Deputada Theodosina Rosário Ribeiro, para, como 1.ª Secretária "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1.ª SECRETÁRIA (Theodosina Rosário Ribeiro — PDS) — Procede à leitura da matéria do Expediente, publicando separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 114.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- 1 — Presidente Janaírio Mantelli Neto — Abre a sessão.
- 2 — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Cumprimenta o Prefeito de Sorocaba pela declaração de utilidade pública da casa de Mons. Luiz Castanho de Almeida. Lê editorial sobre o assunto publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo". Solicita o tombamento, pelo CONDEPHAT, do sítio aonde foi feita a primeira fundição de ferro no Brasil.
- 3 — Castello Branco — Crítica a justificativa apresentada para a liberação do aumento de preços da energia elétrica pela SEPLAN.
- 4 — Eduardo Matarazzo Suplicy — Homenageia os radialistas pela passagem do "Dia do Rádio".
- 5 — Sérgio Santos — Lê comunicado da CNBB sobre conflito de terras, colocação a Igreja em relação aos casos dos padres Francisco Gourion e Aristides Camio.
- 6 — Francisco Dias — Homenageia os radialistas e lê documento elaborado no "1.º Encontro de Saúde de Guarulhos", oferecendo subsídios ao governo federal para a solução da crise da Previdência.
- 7 — Hélio César Rosas — Presta homenagens aos radialistas. Apela para o Governador no sentido de que conceda, em caráter de emergência, um abono imediato ao funcionalismo público.

PRESIDÊNCIA do Sr. Janaírio Mantelli Neto

SECRETÁRIOS, Sr. Vicente Botta e Sra. Theodosina Rosário Ribeiro

- 8 — José Yunes — Denuncia retenção de verbas destinadas à CONESP pelo Sr. Secretário da Educação. Comunica que apresentará requerimento de informações nesse sentido.
- 9 — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Para reclamação, solicita a realização de sessão solene, durante a Semana da Aça, comemorativa do "Dia do Avião" e em homenagem ao 50.º aniversário do Aeroclube de São Paulo.
- 10 — Presidente Janaírio Mantelli Neto — Atende à solicitação do deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach e esclarece que aguarda requerimento a respeito.
- 11 — Marcos Aurélio Ribeiro — Discorre sobre a 1.ª Convenção Nacional do PT e sobre a proposta político-partidária do partido.
- 12 — Waldemar Chubaci — Cumprimenta o PT pela realização de sua convenção nacional. Conclama o PT a se juntar ao PP na CEI sobre os problemas dos trabalhadores rurais.
- 13 — Presidente Janaírio Mantelli Neto — Felicita o PT pela realização da sua Convenção Nacional.
- 14 — Tufi Jubran — Pelo artigo 83, cumprimenta os colegas do PT pela realização de sua Convenção Nacional.
- 15 — Marcos Aurélio Ribeiro — Pelo artigo 83, agradece, em nome do PT e de sua bancada, os cumprimentos.
- 16 — José Yunes — Pelo artigo 83, cumprimenta, em nome do PMDB, o PT pela realização de sua convenção.
- 17 — Vicente Botta — Pelo artigo 83, congratula-se com o PP, pela obtenção do seu registro provisório, e com o PT pela realização de sua convenção.
- 18 — Marcos Aurélio Ribeiro — Pelo artigo 83, agradece a solidariedade manifestada.
- 19 — Geraldo Menezes — Associa-se às homenagens prestadas a duas professoras de Batatais e lê o discurso pronunciado na ocasião.
- 20 — Ivan Espindola de Ávila — Fala sobre o operário-padrão eleito pela sub-regional da DR do Sesi de Taubaté.

GRANDE EXPEDIENTE

- 21 — José Yunes — Requer a suspensão dos trabalhos até às 16h29m.
- 22 — Presidente Janaírio Mantelli Neto — Acolhe o pedido e suspende a sessão. Reabre a sessão 50m após. Convoca os deputados para a sessão ordinária de 2.ª feira, à hora regimental. Encerra a sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Janaírio Mantelli Neto — PDS) — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Deputado João Baptista Breda. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Walter Mendes. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado José Yunes. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Moraes. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Vicente de Paula Penido. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Renato Cordeiro. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

O SR. FLÁVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH (PMDB) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o jornal "O Estado de S. Paulo", em editorial publicado nesta semana, sob o título "Patrimônio de Sorocaba", tece algumas considerações acerca da iniciativa do Prefeito José Teodoro Mendes, que declarou de utilidade pública a casa da rua Ruy Barbosa onde, durante mais de meio século, viveu e trabalhou Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, um dos maiores historiadores de São Paulo, que, sob o pseudônimo de Aluísio de Almeida, foi durante muitos e muitos anos correspondente e colaborador de "O Estado de S. Paulo" naquela cidade.

Realmente, a iniciativa do Prefeito é de extrema felicidade. Por isso, desta tribuna, dadas as ligações familiares e afetivas que tenho com a cidade e o povo de Sorocaba, quero também me associar ao reconhecimento público que o jornal "O Estado de S. Paulo" hoje presta ao Município e ao Prefeito de Sorocaba, estendendo esses cumprimentos ao ilustre Secretário de Cultura de Sorocaba, Professor Luiz de Almeida Martins Filho, e também ao nobre Deputado Walter Mendes, que representa aquele município nesta Assembleia Legislativa.

O editorial de "O Estado de S. Paulo", que lerei ao final deste pronunciamento, para que conste dos Anais desta Casa, destaca que, depois de Varnhagen, foi certamente Monsenhor Luiz Castanho de Almeida o maior historiador sorocabano, considerando-se que em Sorocaba escreveu praticamente toda a sua obra. Por isso, gostaria também de aproveitar este ensejo para sugerir ao Prefeito de Sorocaba, Dr. José Teodoro Mendes, que promova a Declaração de Utilidade Pública, para efeito de desapropriação, do sítio aonde Francisco Adolfo Varnhagen, Barão e depois Visconde de Porto Seguro, realizou a primeira fundição de ferro do Brasil, no morro Ipanema, caso aquele sítio se localize no Município de Sorocaba. Caso não se localize, fica desde já meu apelo às autoridades municipais, ou mesmo ao próprio Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, para que promova o tombamento daquele local, aonde foi feita a primeira fundição de ferro no Brasil e aonde foram produzidos os primeiros canhões que defenderam a bandeira brasileira na Guerra do Paraguai. O Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagen, que foi filho de um oficial alemão contratado como administrador da Fazenda Ipanema pelo Imperador Dom Pedro I, escreveu, também, praticamente, toda a sua obra no Município de Sorocaba. E lá, se situa a Fazenda Ipanema, no morro Ipanema, ainda se encontram não apenas vestígios, mas provas e o testemunho eloquente da ação empreendida por Varnhagen durante o século passado, que deve ser preservada como memória do Estado de São Paulo para as gerações futuras. Portanto, Sr. Presidente, lanço, aqui, este apelo para que o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico proteja, também, a memória de Varnhagen, a memória de Sorocaba e de São Paulo.

Sr. Presidente, o editorial acima citado diz o seguinte:

"PATRIMÔNIO DE SOROCABA"

Muito feliz a iniciativa do prefeito José Teodoro Mendes, de Sorocaba, de declarar de utilidade pública o sobrado da rua Ruy Barbosa, 84, onde, durante quase meio século, viveu, trabalhou e orou o monsenhor Luiz Castanho de Almeida, nascido em Guarulhos. Conhecido nacionalmente pelo seu pseudônimo literário — Aluísio de Almeida —, foi por excelência, como já se notou, o historiador do povo paulista, visto em sua totalidade, desde as origens e sobretudo em seus usos e costumes, como revela sua colaboração neste jornal ao longo de 20 anos de nossa gente do Interior. Vale dizer, da vida cotidiana. Depois de Varnhagen, foi certamente o maior historiador sorocabano, considerando que em Sorocaba escreveu, praticamente, toda a sua obra.

O ato do prefeito não constitui um gesto sentimental, em relação a uma pessoa, falecida em fevereiro, que já em vida, sem se deixar abater pela doença que o imobilizou durante longos anos, era considerado um patrimônio daquela cidade.

O gesto abrange, como o fazia notar o nosso correspondente, a preservação do patrimônio cultural reunido no velho sobrado pelo seu ilustre morador. Em suma, um verdadeiro centro cultural, voltado para um acervo que não pode ser disperso sem grave dano, ou mais um dano à memória nacional. Trata-se de manuscritos, de inéditos e dispersos da correspondência e da biblioteca do historiador e folclorista, núcleo da futura Biblioteca Histórica de Sorocaba.

Poder-se-ia observar que Sorocaba não necessita de novo centro cultural. Possui, além de valioso conjunto de edifícios e monumentos históricos, bem conservados, ins-

tuições do tipo do Gabinete de Leitura Sorocabano e do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, aliás fundado por Aluísio de Almeida e cuja sede natural será o sobrado de alvenaria da rua Ruy Barbosa.

Mas trata-se de um caso especial, deixando-se onde está, devidamente conservado, um acervo cuja simples mudança representaria perdas irreparáveis. Como acontece com a Casa de Ruy Barbosa, no Rio de Janeiro, dinâmico centro cultural, a Casa de Aluísio de Almeida, em Sorocaba, guardadas as proporções, poderá transformar-se num pólo de estudos paulistas regionais.

A tarefa não é fácil. Envolve despesas, pessoal especializado e a dedicação desinteressada dos amigos de Aluísio de Almeida. Nem lhe pode faltar o apoio de órgãos afins da União e do Estado, embora Sorocaba não deva abrir mão do caráter local da iniciativa, incorporando-a a vida da cidade e não permitindo que se transforme numa repartição a mais. Esperamos que tenha êxito, no que é também um preito de justiça e gratidão, num terreno onde por vezes falham, lamentavelmente, instituições que melhor deveriam zelar pela memória de seus expoentes.

O SR. PRESIDENTE (Janaírio Mantelli Neto — PDS) — Tem a palavra o nobre Deputado Ivan Espindola de Ávila. (Pausa.) Tem a palavra o nobre Deputado Castello Branco.

O SR. CASTELLO BRANCO (PMDB) — Sr. Presidente, Dr. Janaírio Mantelli Neto, Srs. Deputados, a Secretaria do Planejamento do Governo Federal, a SEPLAN, deverá liberar, a partir de segunda-feira, o aumento da energia elétrica em mais 23%, o que vai dar um aumento médio acumulado de 112% no último ano. Seria mais um aumento, se não fosse a justificativa. Já estamos acostumados com os aumentos, por exemplo, dos aluguéis, que vão subir, no próximo mês de novembro, 91,31%, sendo que as previsões mais otimistas são para o início do ano que vem um aumento nos aluguéis da ordem de 100%.

E o que o Governo faz. Seguer os proprietários de imóveis estavam esperando, ou querendo um aumento de tal ordem. Mas no novo aumento da taxa da eletricidade o que nos chama a atenção é a justificativa do próprio Governo. Diz o Governo que esses reajustes em níveis acima dos previstos no início do ano ocorreram porque houve queda no consumo da energia e a remuneração das concessionárias caiu, ou seja, o preço da eletricidade está muito elevado, o povo economizou para não pagar o exagero da conta de energia elétrica, e tendo em vista que o povo economizou, caindo o consumo, o Governo aumenta o preço! Está escrito! É a justificativa do próprio Governo! Estamos aumentando o preço da energia elétrica acima do previsto porque o consumo caiu. É para deixar a todos dóidos. O Governo, fazendo apelos como: «A saída é Economizar», «Poupar para Salvar», induz o povo a economizar; evidentemente, não precisaria induzi-lo; basta o preço pelo qual as coisas estão, principalmente a eletricidade, para que todo mundo passasse a economizar naturalmente; e, economizando, é evidente que o consumo de eletricidade caiu. E o Governo usa esse resultado, proveniente da economia popular, para aumentar o preço.

E neste momento, que nos parece uma situação esdrúxula, absolutamente irracional, nos vem à lembrança o porquê, talvez, disto. Os Srs. Deputados estão lembrados de que há pouco tempo a Light foi comprada pelo Governo. A Light foi comprada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, às vésperas de ser entregue ao Governo, já que estava no final de um contrato que rezava textualmente que, depois de determinado número de anos, todo o acervo da Light passaria para o Governo. E uns anos antes o Governo vai e efetua uma compra de milhões de dólares, em negociação até hoje não esclarecida para ninguém; uma negociação em que a Light passou a chamar-se ELETROPAULO. Ninguem até hoje esclareceu por que o Governo brasileiro despendeu tanto dinheiro, para comprar o que lhe pertencia.

Talvez por isso é que a taxa de energia elétrica tem que subir, e não adianta o povo economizar, porque é preciso que o povo pague a negociação da Light, para que as comissões continuem a rolar, para que os corruptos implantados neste País continuem a ganhar e o povo a pagar. Haverá um aumento na taxa da energia elétrica de mais 23%. O aumento acumulado no ano é de 112%. E para que?